



Rio de Janeiro, 05 de maio de 2022.

O reconhecimento fotográfico nos processos criminais no Rio de Janeiro

1 – Introdução

Em 2019, a partir de deliberação no V Encontro de Atuação Estratégica, a Coordenação de Defesa Criminal (COCRIM) da Defensoria Pública do Estado Rio de Janeiro passou a ser comunicada, pelas(os) defensoras(es) públicas(os), sobre os casos que obedeciam a três requisitos: o reconhecimento de pessoas em sede policial ter sido feito por fotografia; o reconhecimento não ter sido confirmado em juízo; a sentença ter sido absolutória.

A partir desses casos (relacionados a 47 processos do Estado do Rio de Janeiro), a Diretoria de Estudos e Pesquisas de Acesso à Justiça (DEPAJ) apresentou um relatório indicando que 80% dos acusados eram negros e 86% tiveram a prisão preventiva decretada, por períodos de privação de liberdade que variaram de cinco dias a três anos¹, ainda que, ao final, tenham sido absolvidos.

Em seguida, a Comissão Criminal do CONDEGE solicitou aos defensores(as) de todo o país que enviassem casos com esses mesmos requisitos, tendo sido recebido relatos de 75 processos, considerando-se o relatório anterior e esse, no total de 85 pessoas envolvidas em fatos ocorridos entre 2004 e 2020. Em 77% dos casos, foi decretada a prisão preventiva, com média de tempo de prisão de aproximadamente nove meses. Além disso, verificou-se que em 81% dos casos os acusados são pessoas negras².

O tema teve muita repercussão na mídia, que passou a dar visibilidade a diversos casos de pessoas acusadas injustamente em razão de reconhecimento fotográfico realizado nas

¹ Relatório disponível em <https://www.defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/33e974efa1004184954cc1b08ac2f253.pdf>, acesso em 15/02/2022.

² O relatório consolidado está disponível em <https://www.defensoria.rj.def.br/uploads/arquivos/92d976d0d7b44b338a660ec06af008fa.pdf>, acesso em 15/02/2022.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

delegacias de polícia³, e entrou no debate público, diante das notícias frequentes de violações na realização desse tipo de procedimento.

Em outubro de 2020, ao julgar um *habeas corpus* impetrado pela Defensoria Pública de Santa Catarina (n. 598.886), a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça firmou o entendimento de que o reconhecimento de suspeito por meio de fotografia não é suficiente para a condenação, devendo-se observar o procedimento previsto no artigo 226 do CPP⁴, cujas formalidades constituem garantia mínima para quem se encontra na condição de suspeito da prática de um crime. Posteriormente, em abril de 2021, a Quinta Turma proferiu decisão no mesmo sentido, ao julgar o *Habeas Corpus* 652.284.

Mais recentemente, o Conselho Nacional de Justiça, por meio da Portaria n. 209, de 31/08/2021, instituiu um grupo de trabalho destinado à realização de estudos e elaboração de proposta de regulamentação de diretrizes e procedimentos para o reconhecimento de pessoas em processos criminais e a sua aplicação no âmbito do Poder Judiciário, com vistas a evitar condenação de pessoas inocentes.

No Rio de Janeiro, o Tribunal de Justiça publicou o Aviso 2ª VP nº 01/2022, recomendando aos magistrados que reavaliem, com a urgência necessária, as decisões em que a prisão preventiva do acusado foi decretada tão somente com base no reconhecimento fotográfico operado sem a observância do disposto no artigo 226 do CPP.

Na sequência, a Defensoria Pública criou, por meio do Comunicado COCRIM n.º 01/2022, o Observatório do reconhecimento fotográfico, com o objetivo de monitorar o cumprimento da recomendação feita pelo Tribunal de Justiça, a partir de duas frentes, indicar que defensoras(es) provoquem o júízo caso não haja a reavaliação automática da prisão e, também, que enviem as decisões judiciais referentes à prisão preventiva em casos de reconhecimento fotográfico realizado em violação ao artigo 226 do Código Penal a que tiverem

³ Ver, como exemplo, <https://g1.globo.com/fantastico/noticia/2021/02/21/exclusivo-83percent-dos-presos-injustamente-por-reconhecimento-fotografico-no-brasil-sao-negros.ghtml>, acesso em 15/02/2022.

⁴ Art. 226, CPP. Quando houver necessidade de fazer-se o reconhecimento de pessoa, proceder-se-á pela seguinte forma: I - a pessoa que tiver de fazer o reconhecimento será convidada a descrever a pessoa que deva ser reconhecida; II - a pessoa, cujo reconhecimento se pretender, será colocada, se possível, ao lado de outras que com ela tiverem qualquer semelhança, convidando-se quem tiver de fazer o reconhecimento a apontá-la; III - se houver razão para recear que a pessoa chamada para o reconhecimento, por efeito de intimidação ou outra influência, não diga a verdade em face da pessoa que deve ser reconhecida, a autoridade providenciará para que esta não veja aquela; IV - do ato de reconhecimento lavrar-se-á auto pormenorizado, assinado pela autoridade, pela pessoa chamada para proceder ao reconhecimento e por duas testemunhas presenciais.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

acesso para a DEPAJ, a fim de obter estatísticas e desenvolver atuações estratégicas sobre o tema.

Antes da criação do Observatório, a COCRIM já havia solicitado à DEPAJ que fizesse um novo levantamento sobre casos de reconhecimento fotográfico, com o intuito de seguir monitorando eventuais violações, fortalecendo, assim, a atuação estratégica da instituição nesse tema.

Dessa vez, ao invés de analisar os casos enviados pelas(os) defensoras(es), foi feito um levantamento na jurisprudência do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) relacionada ao tema do reconhecimento fotográfico. A partir da identificação dos casos em segunda instância, foram consultados os processos em primeira instância. Isso porque só é possível fazer uma pesquisa em primeira instância a partir do número do processo ou nome do réu, já na segunda instância é possível pesquisar por tema.

De antemão, é importante mencionar que não necessariamente todos os resultados encontrados acabam refletindo situações em que realmente houve uma violação, mas sim casos em que os recursos apresentados alegaram a questão do reconhecimento, muitas vezes como tese de defesa. Trata-se de questão inerente ao método escolhido para se chegar aos casos, da segunda para a primeira instância, ao invés de uma pesquisa mais ampla, partindo de todos os processos criminais de determinado período, para, então, identificar aqueles em que ocorreu alguma violação no reconhecimento fotográfico realizado na delegacia.

O problema dessa escolha seria a dificuldade de encontrar, dentre os processos criminais com os mais diversos perfis, aqueles que se enquadrariam no tema a ser analisado, o que demandaria um grande esforço para um resultado não tão efetivo.

Feitas essas considerações, parte-se para a análise das informações coletadas, que serão apresentadas a seguir nesse relatório. A partir dos julgados mapeados em segunda instância, o presente estudo relata e analisa as ocorrências referentes ao reconhecimento fotográfico em primeira instância. Para a análise qualitativa realizada ao longo deste relatório, foram destacadas as razões de indeferimento da prisão preventiva e, também, dos casos em que há sentença absolutória.



2 – Análise dos dados

2.1 – Perfil dos processos analisados

A consulta realizada na parte de jurisprudência do sítio eletrônico do TJRJ utilizou como parâmetro o termo “reconhecimento fotográfico” nos julgados de competência criminal do ano de 2021 e retornou 256 ocorrências entre janeiro e junho de 2021.

Importante mencionar que foram utilizadas as expressões “erro de reconhecimento fotográfico”; “erro do reconhecimento fotográfico”; “erro no reconhecimento fotográfico”; e “erro em reconhecimento fotográfico”, porém todos os resultados estavam contidos na pesquisa sem o uso dos conectores, com o termo “reconhecimento fotográfico”, portanto foram descartados.

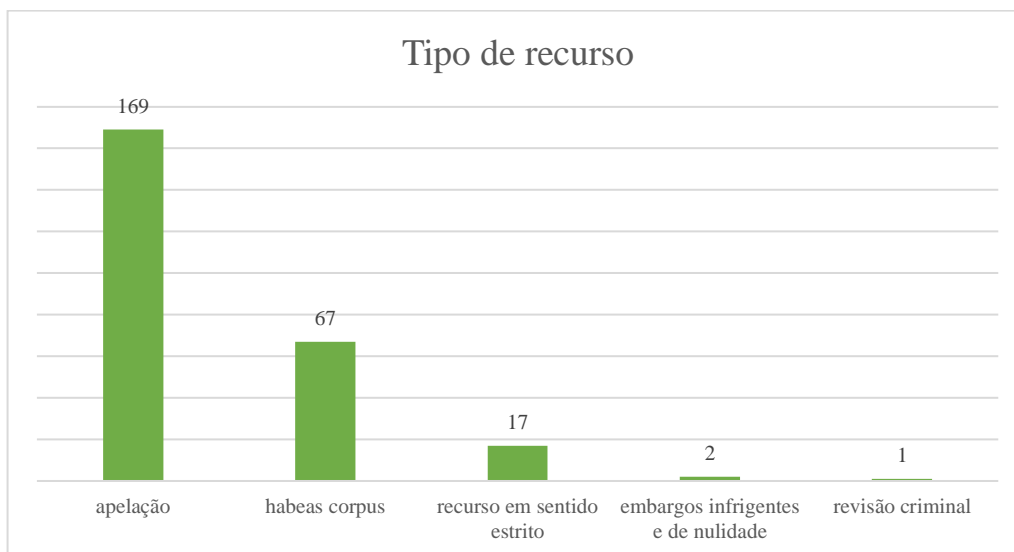
A tabela abaixo indica o mês de julgamento e o tipo de recurso.

2.1.1 – Figura 1:

	Apelação	Embargos infringentes e de nulidade	<i>Habeas corpus</i>	Recurso em sentido estrito	Revisão criminal	Total
Janeiro	10	0	8	1	0	19
Fevereiro	18	0	14	6	0	38
Março	34	0	13	2	0	49
Abril	36	0	14	2	0	52
Maiο	39	1	11	6	0	57
Junho	32	1	7	0	1	41
Total	169	2	67	17	1	256

O gráfico abaixo permite visualizar que o recurso de apelação é o mais representativo do conjunto (66% das ocorrências), seguido do *habeas corpus* (26,17%), recurso em sentido estrito (6,64%), embargos infringentes e de nulidade (0,78%) e da revisão criminal (0,39%).

2.1.2 – Figura 2:



Após localizar 256 processos com alguma menção ao termo “reconhecimento fotográfico” e afins, na segunda instância, buscou-se os processos originários. Sobre o conjunto de processos consultados sobre reconhecimento fotográfico em primeira instância, quatro observações metodológicas precisam ser feitas: primeiramente, há um *habeas corpus* para quatro corréus (0081463-61.2020.8.19.0000) e um *habeas corpus* à parte para apenas um desses corréus (0023100-47.2021.8.19.0000). Por isso, ambos os *habeas corpus* remetem ao mesmo processo originário (0104228-57.2019.8.19.0001) e, por isso, a ocorrência repetida foi eliminada. Em segundo lugar, o mesmo acontece em relação a dois *habeas corpus* (0003552-36.2021.8.19.0000 e 0003555-88.2021.8.19.0000) que remetem ao mesmo processo originário (0025623-63.2020.8.19.0001), resultando na exclusão da ocorrência repetida. Em terceiro lugar, foram localizados cinco envolvidos para quem o reconhecimento em sede policial aconteceu pessoalmente, tendo sido excluídos da análise. Por último, em quarto lugar, 15 recursos diziam respeito a adolescentes que teriam cometido atos infracionais e foram desconsiderados pela análise em razão das peculiaridades próprias dos processos que envolvem crianças e adolescentes. Em síntese, ao todo foram consultados 242 processos, assim organizados de acordo com o mês e o ano de sua distribuição.

2.1.3 – Figura 3:



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Mês/ano distribuição	2005	2007	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	Total
Janeiro	0	0	0	0	0	0	2	2	6	4	4	18
Fevereiro	0	0	0	1	1	0	0	3	6	2	1	14
Março	0	0	0	1	0	0	2	3	11	2	1	20
Abril	0	0	0	0	0	1	0	5	8	4	1	19
Maiο	0	0	0	0	0	2	1	4	15	3	0	25
Junho	1	0	0	0	1	1	1	3	12	2	0	21
Julho	0	1	0	0	1	1	1	3	9	3	0	19
Agosto	0	0	2	0	0	1	1	5	3	10	0	22
Setembro	0	0	0	0	0	1	1	4	8	4	0	18
Outubro	0	0	0	1	0	1	2	5	10	8	0	27
Novembro	0	0	1	0	2	1	3	3	6	7	0	23
Dezembro	0	0	0	0	0	1	2	2	7	2	2	16
Total	1	1	3	3	5	10	16	42	101	51	9	242

A tabela abaixo lista os processos por 32 comarcas. Observa-se que 47,93% (116 de 242) processos tramitaram originalmente na Capital.

2.1.4 – Figura 4:

Comarca	Ocorrências
Rio de Janeiro	116
São Gonçalo	18
Duque de Caxias	17
Niterói	14
Macaé	7
Nova Iguaçu	8
Magé	6
São João de Meriti	6
Barra Mansa	4
Belford Roxo	4
Campos dos Goytacazes	4
Itaguaí	4
Nilópolis	4
Japeri	2
Petrópolis	3
Seropédica	3
Cabo Frio	2
Cachoeiras de Macacu	2
Conceição de Macabu	2
Guapimirim	2
Itaboraí	1
Maricá	2
Queimados	2
Rio Bonito	2
Armação dos Búzios	1
Nova Friburgo	1
Paracambi	1



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Piraí	1
São Pedro da Aldeia	1
Silva Jardim	1
Volta Redonda	1
Total	242

Os 242 processos envolvem 342 réus, considerando que 69 processos apresentam pelo menos dois réus. A tabela abaixo demonstra a distribuição de réus por processo.

2.1.5 – Figura 5:

Quantidade de réus por processo	Quantidade de processos
1	173
2	51
3	10
4	6
5	1
8	1

Ao todo, trata-se de 380 crimes dos quais se destaca sobremaneira o roubo, previsto no art. 157 do Código Penal, representando 77,89% (296 de 380) das ocorrências (figura 6). A tabela da figura 7 lista os crimes por processo, já que podem aparecer combinados, tomando o crime de roubo como parâmetro⁵, demonstrando que em 88,84% deles há registro da prática de roubo (215 de 242), e os crimes praticados por réu, que em sua maioria (86,54%) também são acusados de roubo (296 de 342).

2.1.6 – Figura 6:

Tipos penais	Ocorrências
Roubo	296
Homicídio	11
Corrupção de menores	9
Extorsão	8
Furto	7
Organização criminosa	7
Tráfico de drogas	7
Receptação	6
Associação para a produção e tráfico e condutas afins	5
Estelionato	4
Sequestro e cárcere privado	4
Associação criminosa	3

⁵ Nos casos em que há mais de um crime, eles foram dispostos da seguinte maneira: o roubo sempre aparece primeiro, por se tratar do crime mais recorrente, e os demais são sequenciados em ordem alfabética.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Ocultação de cadáver	3
Estupro	2
Extorsão mediante sequestro	2
Resistência	2
Tortura	2
Concussão	1
Prevaricação	1
Total	380

2.1.7 – Figura 7:

Tipos penais por processo	Ocorrências	Réus por processo
Roubo	200	270
Roubo e corrupção de menores	6	9
Furto	5	7
Homicídio	5	10
Estelionato	4	4
Tráfico de drogas	3	7
Roubo e extorsão	2	3
Roubo e receptação	2	5
Associação para a produção e tráfico e condutas afins	1	1
Associação para a produção e tráfico e condutas afins e sequestro e cárcere privado	1	2
Associação para a produção e tráfico e condutas afins e tortura	1	2
Concussão, estupro, extorsão mediante sequestro e prevaricação	1	1
Extorsão e organização criminosa	1	5
Extorsão mediante sequestro	1	1
Organização criminosa	1	2
Receptação	1	1
Resistência	1	1
Roubo e associação criminosa	1	3
Roubo e estupro	1	1
Roubo e homicídio	1	1
Roubo e ocultação de cadáver	1	3
Roubo e resistência	1	1
Sequestro e cárcere privado	1	2
Total	242	342

Outra informação extraída dos processos analisados diz respeito à decretação ou não de prisão preventiva no curso do processo. Foram identificadas 37 audiências de custódia realizadas em razão de prisão flagrante, todas convertidas em prisões preventivas nessa ocasião, sendo que em um caso a liberdade provisória foi concedida posteriormente, por ocasião do recebimento da denúncia.

Ademais, considerando os casos em que não houve flagrante, foi possível identificar a realização de duas audiências de custódia, ocasião em que as prisões foram consideradas legais e regulares os seus respectivos mandados.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

O baixo número de casos em que se verificou a ocorrência de audiência de custódia se explica porque a maioria dos processos não trata de prisões em flagrante, mas sim decorrentes de mandados judiciais e as audiências de custódia para pessoas presas nessa situação só começaram a ser realizadas no Rio de Janeiro em 1º de março de 2021⁶. É possível, inclusive, relacionar essa informação a dinâmica comumente verificada nesses casos de reconhecimento fotográfico, em que a vítima comparece à delegacia sem conhecimento sobre o autor do fato e, após ser exibida foto de alguma pessoa considerada suspeita, faz o reconhecimento e o mandado é solicitado ao juiz.

Na decisão que recebe a denúncia, ou em momento posterior, a decretação da prisão preventiva representa 83,91% (287 de 342) das ocorrências individuais. Em 14,61% (50 de 342) o réu respondeu ao processo em liberdade.

2.1.8 – Figura 8:

Decisão sobre prisão preventiva no recebimento da denúncia ou momento posterior	Ocorrências
Deferimento da prisão preventiva	272
Deferimento da prisão preventiva via RESE	15
Indeferimento da prisão preventiva	35
Ministério Público não requereu a preventiva	15
Denúncia rejeitada por ausência de justa causa, afastando a preventiva	5
Total	342

Abaixo, demonstra-se a relação entre os crimes e as respectivas decisões sobre prisão preventiva para cada réu.

2.1.9 – Figura 9:

Tipos penais	Houve prisão preventiva	Não houve prisão preventiva	Total
Roubo	233	37	270
Homicídio	8	2	10
Roubo e corrupção de menores	9	0	9
Furto	4	3	7
Tráfico de drogas	3	4	7
Extorsão e organização criminosa	3	2	5

⁶ Com a entrada em vigor do Ato Normativo n.º 02/2021, da 2ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, revogado pela resolução TJ/OE n.º 17, de 19/07/2021, que “estabelece critérios para a realização das Audiências de Custódia no Âmbito do TJ/RJ para as pessoas presas cautelarmente (prisão preventiva e temporária) e definitivamente.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Roubo e receptação	5	0	5
Estelionato	1	3	4
Roubo e associação criminosa	3	0	3
Roubo e extorsão	3	0	3
Roubo e ocultação de cadáver	3	0	3
Associação para a produção e tráfico e condutas afins e sequestro e cárcere privado	0	2	2
Associação para a produção e tráfico e condutas afins e tortura	2	0	2
Organização criminosa	2	0	2
Sequestro e cárcere privado	2	0	2
Associação para a produção e tráfico e condutas afins	0	1	1
Concussão, estupro, extorsão mediante sequestro e prevaricação	1	0	1
Extorsão mediante sequestro	1	0	1
Receptação	1	0	1
Resistência	0	1	1
Roubo e estupro	1	0	1
Roubo e homicídio	1	0	1
Roubo e resistência	1	0	1
Total	287	55	342

Como se observa na tabela da figura 8, em 10,23% (35 de 342) dos casos não houve prisão preventiva em razão do indeferimento do juízo. Somam-se a esses 35 casos outras 15 ocorrências em que o juízo indeferiu o pedido de prisão preventiva, contudo o Ministério Público conseguiu reverter a decisão através da interposição de recurso em sentido estrito (RESE). Considerando, então, as 50 ocorrências em que o juízo de primeira instância indeferiu o pedido de prisão preventiva, foi possível identificar os principais motivos da decisão, indicados na tabela abaixo.

2.1.10 – Figura 10:

Motivos da decisão que indeferiu a decretação da prisão preventiva	Ocorrências
Falibilidade/fragilidade/insegurança	8
Falibilidade/fragilidade/insegurança; lapso temporal entre os fatos e o reconhecimento fotográfico/fotografias antigas	5
Único elemento de convicção/insuficiência do conjunto probatório	5
Único elemento de convicção/insuficiência do conjunto probatório; discordância quanto ao procedimento de reconhecimento adotado	4
Falibilidade/fragilidade/insegurança; único elemento de convicção/insuficiência do conjunto probatório	3
Ausência de requisitos legais para decretação da prisão preventiva	3
Insuficiência do conjunto probatório	3
Ausência de requisitos legais para decretação da prisão preventiva; demora quanto ao oferecimento da denúncia	2



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Falibilidade/fragilidade/insegurança; lapso temporal entre os fatos e o reconhecimento fotográfico/fotografias antigas; inconsistência na descrição física	2
Discordância quanto ao procedimento de reconhecimento adotado	2
Único elemento de convicção/insuficiência do conjunto probatório; lapso temporal entre os fatos e o reconhecimento fotográfico/fotografias antigas	2
Falibilidade/fragilidade/insegurança; discordância quanto ao procedimento de reconhecimento adotado	2
Demora quanto ao oferecimento da denúncia	1
Falibilidade/fragilidade/insegurança; único elemento de convicção/insuficiência do conjunto probatório; lapso temporal entre os fatos e o reconhecimento fotográfico/fotografias antigas; inconsistência na descrição física	1
Falibilidade/fragilidade/insegurança; único elemento de convicção/insuficiência do conjunto probatório; lapso temporal entre os fatos e o reconhecimento fotográfico/fotografias antigas	1
Divergência entre os depoimentos da vítima	1
Discordância quanto ao procedimento de reconhecimento adotado; único elemento de convicção/insuficiência do conjunto probatório	1
Falibilidade/fragilidade/insegurança; discordância quanto ao procedimento de reconhecimento adotado; único elemento de convicção/insuficiência do conjunto probatório; lapso temporal entre os fatos e o reconhecimento fotográfico/fotografias antigas	1
Sem anotações na FAC; ausência de indícios de autoria	1
Único elemento de convicção/insuficiência do conjunto probatório; ausência de indícios de autoria	1
Falibilidade/fragilidade/insegurança; inconsistência na descrição física	1
Total	50

Isolando as razões acima, encontram-se 12 ocorrências, como demonstrado pela tabela da figura 11.

2.1.11 – Figura 11:

Motivos agrupados das decisões que indeferiu a decretação da prisão preventiva	Ocorrências
Falibilidade/fragilidade/insegurança	24
Único elemento de convicção/insuficiência do conjunto probatório	19
Lapso temporal entre os fatos e o reconhecimento fotográfico/fotografias antigas	11
Discordância quanto ao procedimento de reconhecimento adotado	10
Ausência de requisitos legais para decretação da prisão preventiva	5
Inconsistência na descrição física	4
Demora quanto ao oferecimento da denúncia	3
Insuficiência do conjunto probatório	3
Ausência de indícios de autoria	2
Divergência entre os depoimentos da vítima	1
Sem anotações na FAC	1
Total	84

Há decisões que se referem diretamente à falibilidade, fragilidade ou insegurança do reconhecimento fotográfico, assim como os casos que discordam quanto ao procedimento de reconhecimento adotado. Essas características do conjunto probatório, como se nota,



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

geralmente aparecem associadas ao argumento de que as fotografias fruto de reconhecimento são os únicos elementos de convicção. Nos casos destacados, mesmo que a jurisprudência reconheça amplamente que a palavra da vítima tem especial relevância quanto aos crimes contra o patrimônio, é notório que o juízo balanceia essa noção ao considerar que apenas o reconhecimento fotográfico não é elemento probatório robusto o suficiente a ensejar prisão preventiva.

Ainda, nota-se que a questão temporal aparece em pelo menos em duas categorias, com destaque para os casos em que o juízo considera relevante o lapso temporal entre os fatos e o reconhecimento fotográfico ou mesmo considera o reconhecimento inadequado em razão das fotografias dispostas serem antigas, podendo não corresponder à aparência atual dos autores, com chances de que a aparência antiga de alguém possa ser confundida com a aparência atual de outra pessoa.

Do total de casos individuais analisados, 55,84% (191 de 342) já conta com sentença condenatória e 19% (65 de 342) absolutória, totalizando 256 envolvidos já sentenciados na data da última consulta, no começo de fevereiro de 2022. Além disso, em quatro casos foi extinta a punibilidade, em três deles em razão do falecimento do réu e em um, de crime de estelionato, pelo reconhecimento da prescrição retroativa. Ao todo, são 192 processos já sentenciados que resultam em 256 decisões individuais, considerando que há pelo menos dois réus em 126 processos, como demonstrado pela tabela da figura 12.

2.1.12 – Figura 12:

Quantidade de réus por processos sentenciados	Quantidade de processos sentenciados
1	144
2	37
3	9
4	1
7	1

A tabela da figura 13 indica a distribuição dos 192 processos sentenciados por ano.

2.1.13 – Figura 13:



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Mês/ano sentença	2016	2018	2019	2020	2021	Total
Janeiro	0	0	0	9	8	17
Fevereiro	0	0	2	17	3	22
Março	0	0	1	12	7	20
Abril	0	0	1	8	3	12
Mai	0	0	2	4	5	11
Junho	0	0	4	3	1	8
Julho	0	0	1	5	7	13
Agosto	0	0	1	7	2	10
Setembro	1	1	8	7	1	18
Outubro	0	0	7	8	2	17
Novembro	0	1	10	9	4	24
Dezembro	0	1	15	3	1	20
Total	1	3	52	92	44	192

A tabela da figura 14 indica qual foi a decisão individual para cada réu, de acordo com o crime que teria sido praticado. O total é de 343 e não 342 ocorrências porque em um processo sobre roubo e homicídio há decisão de impronúncia e ainda não há sentença sobre o roubo, em razão das diferenças entre o procedimento dos crimes dolosos contra a vida e os crimes comuns. Assim, foram indicadas as duas decisões sobre o mesmo processo.

2.1.14 – Figura 14:

Crimes por processo	Absolvição	Condenação	Extinção da punibilidade	Impronúncia	Sem sentença	Total
Roubo	59	151	3	0	57	270
Homicídio	0	0	0	1	9	10
Roubo e corrupção de menores	2	6	0	0	1	9
Furto	0	7	0	0	0	7
Tráfico de drogas	0	3	0	0	4	7
Extorsão e organização criminosa	0	0	0	0	5	5
Roubo e receptação	0	5	0	0	0	5
Estelionato	0	3	1	0	0	4
Roubo e associação criminosa	2	1	0	0	0	3
Roubo e extorsão	0	1	0	0	2	3
Roubo e ocultação de cadáver	0	3	0	0	0	3
Associação para a produção e tráfico e condutas afins e sequestro e cárcere privado	0	2	0	0	0	2
Associação para a produção e tráfico e condutas afins e tortura	0	2	0	0	0	2
Organização criminosa	1	1	0	0	0	2
Roubo e homicídio	0	0	0	1	1	2
Sequestro e cárcere privado	1	1	0	0	0	2
Associação para a produção e tráfico e condutas afins	0	0	0	0	1	1



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Concussão, estupro, extorsão mediante sequestro e prevaricação	0	0	0	0	1	1
Extorsão mediante sequestro	0	1	0	0	0	1
Receptação	0	1	0	0	0	1
Resistência	0	1	0	0	0	1
Roubo e estupro	0	1	0	0	0	1
Roubo e resistência	0	1	0	0	0	1
Total	65	191	4	2	81	343

Conforme indica a tabela, 55,68% do total (191 de 343) contava com sentença condenatória na data da consulta e 18,95% (65 de 343) são decisões absolutórias, porém se considerarmos apenas as decisões que colocaram fim ao processo, excluindo os processos ainda não sentenciados, é possível afirmar que 72,9% são de condenação (191 de 262) e 24,8% (65 de 262) absolvições. Somando-se às absolvições outras situações que colocam fim ao processo em benefício do acusado (extinção da punibilidade e impronúncia), esse índice é de 27% (71 de 262).

As principais razões apresentadas nas sentenças para absolver os réus estão dispostas na tabela da figura 15.

2.1.15 – Figura 15:

Motivos identificados nas sentenças absolutórias	Ocorrências
Inconsistência/insuficiência/fragilidade de elementos probatórios	34
Reconhecimento em juízo negativo	23
Vítima(s) reconhece(m) incapacidade de realizar o reconhecimento em juízo/assume(m) não lembrar dos réus	8
Incerteza da(s) vítima(s) quanto ao reconhecimento (em sede policial ou em juízo)	8
Divergência entre descrição física do autor e o réu reconhecido	6
Ausência de elementos de convicção/probatórios	5
Reconhecimento fotográfico em sede policial foi induzido	5
Lapso temporal entre o fato e o reconhecimento fotográfico em sede policial	5
Divergência de declarações/entre depoimentos	4
<i>In dubio pro reo</i>	3
Reconhecimento em juízo não realizado	3
Fragilidade do procedimento de reconhecimento fotográfico em sede policial	3
Réu se encontrava em outro local durante o fato (em outro Estado/no trabalho/preso)	3
Reconhecimento negativo de um dos réus contaminou reconhecimento dos demais	3
Ausência de indícios de autoria	2
Condições do fato desfavoráveis ao reconhecimento	2
Inobservância do art. 226 do CPP	2
Vítima não compareceu em juízo	2
Acusado se apresentou para reconhecimento em sede policial poucos minutos após registro de ocorrência	1
Autor utilizava capacete durante o fato	1



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Contradição entre depoimento e reconhecimento em juízo	1
Fotografia do réu exposta em quadro de suspeito em sede policial	1
Mosaico de fotografias não foi apresentado para reconhecimento em sede policial	1
Reconhecimento negativo em sede policial	1
Reconhecimento fotográfico é o único elemento de convicção	1
Reconhecimento fotográfico errôneo em sede policial	1
Único elemento de convicção diante do acusado é o depoimento do corréu em sede policial	1
Total	130

Entre os 65 casos de absolvição, encontram-se 24 casos de sentenças absolutórias mantidas em segunda instância.

2.1.16 – Figura 16:

Resultado do recurso no caso das sentenças absolutórias	Ocorrências
Não houve recurso	33
Manteve absolvição	24
Reverteu a decisão e houve condenação	8
Total	65

Desse conjunto de 24 sentenças absolutórias mantidas em segunda instância, 19 réus foram presos preventivamente (17 a partir do recebimento da denúncia, um desde a audiência de custódia e um desde a prisão em flagrante, sem realização audiência de custódia em razão da suspensão decorrente da pandemia do Covid-19).

Considerando o período entre as datas das decisões que mandaram prender e soltar os envolvidos, utilizando a data da sentença como data final para os casos em que o réu respondeu ao processo em prisão preventiva, apresenta-se abaixo tabela com o tempo de prisão preventiva durante o processo dos 65 casos de absolvição (24 mantidas e oito revertidas em segunda instância, bem como 33 casos em que não houve apelação do Ministério Público), lembrando que desses 65 casos, em 54 há registro de ocorrência de prisão provisória em algum momento do processo, o que corresponde a 83% do total de absolvições. Constata-se um tempo médio de prisão preventiva de 454,9 dias, aproximadamente um ano e dois meses.

2.1.17 – Figura 17:

Média	454,9 dias
Mediana	310 dias
Moda	606 dias (4x)
Maior número	2.185 dias
Menor número	24 dias



2.2 – Perfil das pessoas processadas

Os dados apresentados a seguir foram extraídos dos registros de ocorrência, quando disponíveis no processo. Em relação ao gênero, nenhuma informação sobre transexualidade, transgeneridade ou travestilidade foi mapeada a partir dos documentos acessíveis para consulta.

Quanto à cor/raça, por vezes o registro policial usa o termo “negra”, que nas tabelas abaixo foi substituído por “preta”, termo utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Da mesma forma, há casos sem informação e outros identificados como “ignorado”.

Uma vez que o Estatuto da Igualdade Racial define a população negra como o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas (art. 1º, IV, da Lei 12.288/2010), é possível afirmar que a maioria (63,74%) é negra (218 de 342). Além disso, 95,9% (328 de 342) dos acusados são do gênero masculino, conforme indica a tabela da figura 18.

2.2.1 – Figura 18:

Cor/raça	Gênero feminino	Gênero masculino	Total
Branca	7	60	67
Parda	2	128	130
Preta	3	85	88
Sem informação	2	47	49
Ignorada	0	8	8
Total	14	328	342

A tabela da figura 19 indica a distribuição dos crimes por gênero.

2.2.2 – Figura 19:

Tipos penais	Gênero feminino	Gênero masculino	Total
Roubo	6	264	270
Homicídio	0	10	10
Roubo e corrupção de menores	0	9	9
Furto	4	3	7
Tráfico de drogas	0	7	7
Roubo e receptação	0	5	5
Extorsão e organização criminosa	3	2	5
Estelionato	0	4	4
Roubo e associação criminosa	1	2	3
Roubo e extorsão	0	3	3
Roubo e ocultação de cadáver	0	3	3
Associação para a produção e tráfico de drogas	0	1	1



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Associação para a produção e tráfico de drogas e sequestro e cárcere privado	0	2	2
Associação para a produção e tráfico de drogas e tortura	0	2	2
Organização criminosa	0	2	2
Roubo e resistência	0	1	1
Sequestro e cárcere privado	0	2	2
Concussão, estupro, extorsão mediante sequestro, prevaricação	0	1	1
Extorsão mediante sequestro	0	1	1
Receptação	0	1	1
Resistência	0	1	1
Roubo e estupro	0	1	1
Roubo e homicídio	0	1	1
Total	14	328	342

A tabela da figura 20 indica distribuição dos crimes por cor/raça, tendo sido agrupados os casos “sem informação” e “ignorado”, para melhor visualização dos dados.

2.2.3 – Figura 20:

	Branca	Parda	Preta	Ignorado/sem informação	Total
Roubo	45	106	72	47	270
Homicídio	2	4	4	0	10
Roubo e corrupção de menores	2	3	2	2	9
Furto	4	2	1	0	7
Tráfico de drogas	0	4	1	2	7
Roubo e receptação	3	2	0	0	5
Extorsão e organização criminosa	2	0	0	3	5
Estelionato	4	0	0	0	4
Roubo e associação criminosa	1	2	0	0	3
Roubo e extorsão	1	2	0	0	3
Roubo e ocultação de cadáver	0	2	1	0	3
Associação para a produção e tráfico de drogas	0	0	1	0	1
Associação para a produção e tráfico de drogas e sequestro e cárcere privado	0	1	1	0	2
Associação para a produção e tráfico de drogas e tortura	1	0	1	0	2
Organização criminosa	0	0	0	2	2
Roubo e resistência	1	0	0	0	1
Sequestro e cárcere privado	0	1	1	0	2
Concussão, estupro, extorsão mediante sequestro, prevaricação	0	1	0	0	1
Extorsão mediante sequestro	0	0	1	0	1
Receptação	0	0	1	0	1
Resistência	0	0	1	0	1
Roubo e estupro	0	0	0	1	1
Roubo e homicídio	1	0	0	0	1
Total	67	130	88	57	342



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Abaixo, a distribuição das cores/raças por decisão sobre prisão preventiva em primeira instância, indicando que 83,02% (181 de 218) das pessoas negras tiveram a prisão preventiva deferida, enquanto isso ocorreu com 86,56% (58 de 67) das brancas.

2.2.4 – Figura 21:

	Branca	Parda	Preta	Ignorado/Sem informação	Ocorrências
Deferimento da prisão preventiva	58	112	69	48	287
Indeferimento da prisão preventiva	0	4	1	0	5
Ministério Público não requereu a preventiva	2	12	16	5	35
Denúncia rejeitada por ausência de justa causa, afastando a preventiva	7	2	2	4	15
Total	67	130	88	57	342

Abaixo, a distribuição das cores/raças por resultado da sentença. Das pessoas negras, desconsiderando os casos sem sentença, 26,62% (45 de 169) foram absolvidas, impronunciadas ou tiveram a punibilidade extinta e 73,37% (124 de 169) foram condenadas. Quanto as brancas, esse índice é de 26,92% (14 de 52) no primeiro caso e 73,07% (38 de 52) no segundo. Se forem considerados apenas os casos de absolvição e condenação, 25,92% das pessoas negras (42 de 162) e 24% das brancas (12 de 50) foram absolvidas.

2.2.5 – Figura 22:

	Branca	Parda	Preta	Sem informação	Total
Condenação	38	72	52	29	191
Sem sentença	16	36	13	16	81
Absolvição	12	20	22	11	65
Extinção da punibilidade	1	2	0	1	4
Impronúncia	1	0	1	0	2
Total	68	130	88	57	343

A partir da leitura dos processos, foram identificadas algumas formas de reconhecimento em sede policial. A tabela da figura 23 indica essas formas e quantas vezes apareceram, considerando que em nove casos foram combinadas duas formas de reconhecimento.

2.2.6 - Figura 23:



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Forma de reconhecimento em sede policial	Ocorrências
Fotografia	192
Álbum fotográfico	132
Forma de reconhecimento não identificada	18
Imagens de câmera de segurança	4
Imagens de reportagem televisiva	2
Investigação levou à sacadora do cheque roubado	1
Sem informação	2
Total	351

Nota-se que o total soma 351 – e não 342 –, pois em nove casos o reconhecimento se deu a partir de duas fontes diferentes, como demonstra a tabela da figura 24. A ocorrência identificada como “fotografia e fotografia” se refere aos casos em que o reconhecimento foi realizado a partir de fotografias de origens diferentes: em um caso, uma das fotografias foi encontrada em jornal; em três casos, uma das fotografias foi retirada de redes sociais; e em um caso, uma das fotografias foi retirada de rede social e outra do portal de segurança de acesso da polícia.

2.2.7 – Figura 24:

Reconhecimento em sede policial	Ocorrências
Fotografia e fotografia	5
Fotografia e imagens de câmera de segurança	3
Fotografia e álbum fotográfico	1
Total	9

De maneira geral, dentre as 351 ocorrências relacionadas às formas de reconhecimento, foi possível encontrar a fonte de 22 delas, de acordo com a tabela abaixo.

2.2.8 – Figura 25:

Forma de reconhecimento em sede policial	Fonte	Ocorrências
Forma de reconhecimento não identificada	Indicado pelos demais envolvidos	3
Fotografia	Rede social	11
Fotografia	Documento	3
Fotografia	Portal de segurança	2
Fotografia	Matéria de jornal	1
Fotografia	Prontuário físico	1
Fotografia	Sítio eletrônico de compras	1
Total		22



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

Quanto ao reconhecimento em juízo, em 39,94% (137 de 343) ocorrências, as vítimas foram manejadas para ambiente apartado a fim de efetuarem o procedimento de reconhecimento. Isso ocorreu de maneira adaptada ao ambiente virtual em 6,41% (22 de 343) dos casos. Observa-se que 6,41% (22 de 343) dos casos representam reconhecimentos não realizados em razão da ausência do réu (12) ou da vítima (10). Apesar disso, há dois casos em que os réus foram reconhecidos por fotografia, em juízo, por estarem ausentes. Ademais, há informação de que o reconhecimento em juízo não foi realizado em seis ocorrências.

Tratando-se apenas os casos em que há informação sobre a forma de reconhecimento em juízo (excluindo-se, portanto, 68 casos sem menção à forma de reconhecimento e 14 sem informação), é possível afirmar que em cerca da metade (124 de 261, ou seja, 47,5%) não foi observado o procedimento previsto no art. 226 do Código de Processo Penal. Desses casos, considerando apenas os processos com decisão final, 59,49% resultou em condenação (31 de 53).

2.2.9 – Figura 26:

	Absolvição	Condenação	Extinção da punibilidade	Impronúncia	Sem sentença	Total
Fotografia	0	2	0	0	0	2
Sala de audiência	2	0	0	0	0	2
Vítima ausente	6	4	0	0	0	10
Réu ausente	3	6	0	0	3	12
Sala de reconhecimento	29	103	0	0	5	137
Audiência virtual	4	14	1	0	3	22
Sem menção à forma de reconhecimento em juízo	13	54	0	1	0	68
Reconhecimento em juízo não realizado	3	5	2	1	65	76
Sem informação	5	3	1	0	5	14
Total	65	191	4	2	81	343

Considerando os 163 casos em que houve realização do procedimento de reconhecimento em juízo com menção à forma (categorias “audiência virtual”, “fotografia”, “sala de reconhecimento” e “sala de audiência”), identifica-se 240 vítimas.

Dessas, se forem contabilizados apenas os casos com informação sobre o reconhecimento em juízo, em 70,43% (162 de 230) a vítima confirmou o reconhecimento feito em sede policial quando compareceu à audiência, não verificando-se muita discrepância entre



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

reconhecimento e não reconhecimento em juízo conforme a forma de reconhecimento em sede policial (a não ser pelo caso da imagem de câmeras de segurança, com 100% de reconhecimento confirmado em juízo).

2.2.10 – Figura 27:

Forma de reconhecimento em sede policial	Reconheceu em juízo	Não reconheceu em juízo	Sem informação sobre reconhecimento em juízo	Total
Fotografia	97	38	5	140
Álbum fotográfico	58	28	4	90
Fotografia e imagens de câmera de segurança	3	1	0	4
Forma de reconhecimento não identificada	1	1	1	3
Imagens de câmera de segurança	3	0	0	3
Total	162	68	10	240

A tabela abaixo apresenta o número de vítimas que compareceram para realizar o reconhecimento em sede policial e em juízo, considerando que os resultados negativos se explicam porque, sobre a mesma vítima, foi possível mapear o comparecimento em juízo, mas não em sede policial – e vice-versa.

2.2.11 – Figura 28:

Forma de reconhecimento em sede policial	Comparecimento das vítimas na delegacia	Comparecimento das vítimas em juízo	Diferença
Fotografia	143	140	3
Álbum fotográfico	98	90	8
Forma de reconhecimento não identificada	1	3	-2
Fotografia e imagens de câmera de segurança	4	4	0
Imagens de câmera de segurança	4	3	1
Total	250	240	10

Com base na tabela acima, observa-se uma diferença de 10 vítimas cuja trajetória completa em relação ao reconhecimento, da delegacia ao juízo, não pode ser conhecida por falta de documento ou informação. Apesar disso, os resultados dos procedimentos de reconhecimento em juízo (figura 27) mostram que a confirmação do reconhecimento tende a diminuir enquanto cresceu o número de vítimas que não reconheceram os réus.



3 – Considerações finais

O presente relatório analisou 242 processos envolvendo 342 réus que se relacionam com o tema do reconhecimento fotográfico, mapeado a partir dos recursos apresentados em segunda instância no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.

Em 88,84% dos processos, os réus estavam sendo acusados de ter cometido o crime de roubo e foram mantidos presos provisoriamente em 83,91% das ocorrências individuais.

A análise dos motivos que levaram ao indeferimento da prisão cautelar, indica que a maioria dizia respeito à forma como o reconhecimento foi realizado, mencionando questões como a fragilidade da prova, o fato de ser o único elemento de convicção ou lapso temporal entre os fatos e a ocorrência do reconhecimento.

No mesmo sentido as decisões absolutórias, que também apontaram para a questão da fragilidade dos elementos probatórios e do reconhecimento em juízo ter sido negativo, apesar de serem minoritárias (72,9% dos casos sentenciados são de condenação).

Destaca-se principalmente a inconstância entre o reconhecimento fotográfico em sede policial, criticado como “viciado” ou “induzido” em alguns casos, e o reconhecimento realizado em juízo, demonstrando exemplos significativos de reconhecimento negativo em que há ausência da descrição física do autor ou discrepância entre essa descrição e o réu reconhecido, além dos casos em que a própria vítima assume incerteza ou incapacidade para proceder ao reconhecer em juízo ou realiza reconhecimento incompatível com o realizado em sede policial.

É importante observar que o termo “erro de reconhecimento fotográfico” não é mencionado de forma direta nos julgados analisados. Fala-se em inconsistência, fragilidade, insuficiência, insegurança, incerteza, dúvida, induzimento, vício e procedimento, mas não sobre “erro”, ou seja, trata-se da análise de casos que questionam a forma como foi realizado o reconhecimento fotográfico, voltando-se o olhar para a necessidade de uma regulamentação mais clara sobre esse tipo de prova.

Do total de 65 casos de absolvição, 54 tiveram a prisão provisória decretada ao longo do processo, pelo prazo médio de um ano e dois meses, sendo o período de prisão mais curto de 24 dias e o mais longo de 2.185 dias (aproximadamente 6 anos).

Quanto ao perfil dos acusados, 95,9% são do gênero masculino e 63,74% é negra. A forma de reconhecimento mais frequente em sede policial é a fotografia, seja individual, seja



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DIRETORIA DE ESTUDOS E PESQUISAS DE ACESSO À JUSTIÇA

em álbum fotográfico, proveniente, em sua maioria, das redes sociais, considerando os casos em que foi possível identificar a origem da foto.

Sobre o reconhecimento em juízo, constatou-se que em 39,94% foi possível verificar a observância de procedimento semelhante ao previsto em lei, já que as vítimas foram manejadas para ambiente apartado a fim de efetuarem o reconhecimento, tendo sido o réu colocado ao lado de duplês, porém em cerca de 47,5% dos casos, é possível afirmar não foi observado o procedimento previsto no art. 226 do Código de Processo Penal.

A comparação entre o reconhecimento em sede policial e em juízo permite afirmar que em 70,43% dos casos com informação, a vítima confirma ao comparecer à audiência, o reconhecimento feito na delegacia de polícia, indicando que há uma tendência a queda no número de reconhecimentos em juízo.